



A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE 1968 NA UFRGS E AS IMPLICAÇÕES NA REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL

Mely Paredes - UFRGS
melypparedes@gmail.com

RESUMO: A legislação proposta durante o período militar para o ensino superior do país surtiu efeito em todas as universidades, em especial as públicas. Neste período foram promulgados os Decretos n.º 53, de 18 de novembro de 1966, e n.º 252, de 28 de fevereiro de 1967, durante os governos Castello Branco e Costa e Silva, respectivamente. No ano seguinte, ainda no governo Costa e Silva e sob a coordenação do Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, foi criado o Grupo de Trabalho (GTRU), composto por personalidades destacadas por sua atuação no campo da educação no país. Instalado em julho de 1968 por ocasião do Decreto n.º 62.973, o GTRU tinha por objetivo preparar um anteprojeto de Lei que, além de aprofundar as temáticas abordadas pelos decretos já referidos, exerceria o papel de uma lei mais abrangente para orientar a reestruturação das universidades brasileiras em novas bases. A intenção aqui é observar de que forma a UFRGS enfrentou essa complexa conjuntura, onde novas políticas foram impostas pelo governo militar para serem implementadas nas Instituições de Ensino Superior, mais precisamente no período de gestão de dois reitores, nomeados pelo governo militar em dois mandatos sucessivos (1964-1972): José Carlos Milano e Eduardo Zaccaro Faraco. De maneira geral, as IES tiveram de cumprir tais exigências em dois momentos: a) o primeiro, por ocasião da promulgação dos Decretos-Lei n.º 53 e n.º 252, que apresentaram novas medidas para o ensino superior entre 1966-1967, sob a condução do Conselho Federal de Educação a partir do parecer de Valnir Chagas, que acompanhava o texto dos Decretos-Lei; b) o segundo momento, de maior abrangência, foi ocasionado pela promulgação da Lei n.º 5.540 de fins de 1968 (mais conhecida como Reforma Universitária de 1968) que se tornou o marco legal a ser adotado por todas as universidades.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Ditadura Civil-Militar; Reestruturação Universitária; Políticas Públicas; Legislação para Ensino Superior.